

Ana Paula Rodrigues da Costa

Educadora Licenciada em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA),
Mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal
de Goiás (IESA/UFG)
anapaula-rodriguesdacosta@bol.com.br

O lugar como elemento para a interpretação da vida cangaceira do bando dos Marcelinos na Chapada do Araripe-CE

Resumo

O trabalho que se segue é fruto de proposições acerca da pesquisa de dissertação a respeito da trajetória dos Marcelinos, bando de cangaceiros, na Chapada do Araripe, localizada na região do Cariri cearense. O artigo versa sobre os conceitos de lugar e memória para compreender as vivências cangaceiras do bando a partir de sua atuação, imprimindo aos itinerários percorridos um caráter de lugar, que se configurou por meio das experiências do sujeito cangaceiro no contexto histórico-cultural. Como auxílio, foram utilizadas narrativas de sujeitos partindo dos lugares de atuação do bando, buscando-se entender a representatividade da geografia do cangaço do bando dos Marcelinos presente no Cariri cearense.

Palavras-chave: Lugar, memória, Bando dos Marcelinos, Chapada do Araripe.

Abstract

THE PLACE AS AN ELEMENT FOR THE INTERPRETATION OF THE "CANGACEIRA" LIFE OF THE MARCELINOS' GANG IN THE CHAPADA DO ARARIPE-CE

The following work is the result of propositions about the dissertation research regarding to the trajectory of the Marcelinos, gang of *cangaceiros*, in the Chapada do Araripe, located in the region of Cariri, Ceará. The article deals with the concepts of place and memory to understand the *cangaceiras* experiences of the gang from their performance, giving the itineraries a place character which was configured through the experiences of the *cangaceiro* subject in the historical-cultural context.

Narratives of subjects were used as aid, departing from the places where the gang operated, seeking to understand the representativeness of the geography of the Marcelinos' gang present in Cariri, Ceará.

Key-words: Place, memory, Marcelinos' gang, Chapada do Araripe.

1. Introdução

O movimento do cangaço como expressão de rebeldia e luta social no sertão nordestino tem sido tema de muitas pesquisas em diversos campos das ciências humanas. Configurou-se, na história do Nordeste, como um movimento que deixou marcas na paisagem, nas lembranças, histórias e nos símbolos que despertam nos sujeitos sentimentos contraditórios: amor e ódio, respeito e medo, admiração e aversão. Os bandos que nele atuaram se estabeleceram em períodos e lugares diversos: uns com mais tempo, outros com menos; alguns em vastas áreas, outros mais circunscritos nas proximidades de seu lugar de origem. Dentre os diferentes bandos, insere-se o bando dos Marcelinos, que atuou por um curto período de tempo em Barbalha, no Cariri cearense.

O campo de atuação do bando dos Marcelinos ocorreu na área da Chapada do Araripe, na porção correspondente aos estados de Ceará e Pernambuco. A vivência cangaceira do bando foi registrada entre os anos de 1924 e 1928. Os locais que receberam os cangaceiros na Chapada do Araripe ainda resistem na paisagem e a história do bando permanece nas narrativas dos sujeitos conhecedores da história do cangaço dos Marcelinos.

Os itinerários percorridos pelo bando, na Chapada do Araripe, na década de 1920, atualmente registram a existência, ou a permanência, de comunidades nos lugares marcados pela atuação do bando. Essa vivência nas comunidades tem sido também um meio de preservação da memória da história de atuação dos cangaceiros, narrada pelos sujeitos (homens e mulheres) mais idosos dessas localidades, que conferem aos itinerários do bando um caráter de lugar, tanto para os cangaceiros como para os sujeitos que hoje recontam a trajetória cangaceira do bando dos Marcelinos.

A história do bando está diretamente ligada à vivência na Chapada do Araripe, por meio da conexão e das experiências com o meio ambiente local,

apropriadas pelos cangaceiros que constituíam aquela natureza, ao passo que também eram constituídos naquele ambiente da Chapada do Araripe.

Esse vínculo da vivência dos cangaceiros com a Chapada do Araripe está presente nas narrativas dos sujeitos conhecedores dessa história, na literatura de cordel, e em alguns marcos espaciais como a Pedra do Morcego ou a Pedra dos Marcelinos, o Sítio Piquete, o Cemitério dos Fuzilados (Marcelinos), o antigo prédio de Câmara e Cadeia e em algumas veredas que constituíam os itinerários dos cangaceiros.

2. Itinerários e vivências na Chapada do Araripe

A afetividade e o pertencimento são sentimentos definidores da relação dos sujeitos com o lugar, assim como pode existir a fobia a determinados lugares, que se caracterizam por sentimentos contrários ao pertencimento. Existem, da mesma forma, lugares que nos trazem segurança e aconchego, tais como o lar, um lugar familiar no qual a segurança torna-se afetiva. No entanto, há grupos sociais que mantêm outras relações espaciais. A passagem do espaço para o lugar dá-se pelas mesmas relações afetivas, isto é, o lar não precisa estar restrito a um imóvel, mas pode ser aquele espaço de pertencimento reconhecido pelo sujeito.

O bando de cangaceiros dos Marcelinos vivia de forma nômade pela necessidade de sobrevivência frente ao modelo de vida que decidiu seguir, ou seja, a atuação no cangaço. A vida cangaceira lhes impunha uma condição de nomadismo, dadas as questões de segurança, buscando estabelecer-se em diferentes locais, fugir da repressão do Estado e das elites que visavam capturá-los. O contexto cultural no qual o bando se formou ajuda a compreender o porquê de atuar nas imediações da Chapada do Araripe (figura 1).

A cultura molda o ambiente físico local, ao passo em que é moldada pelo mesmo. O conhecimento e a percepção adquiridos sobre a Chapada do Araripe concederam ao bando uma visão de segurança. Os trabalhos como vaqueiro permitiram conhecer as condições naturais da Chapada do Araripe, lhes proporcionaram uma percepção que oportunizou sua atuação nômade e que se constituía por suas percepções ambientais.

Para os sujeitos pertencentes ao bando dos Marcelinos, conhecedores do meio ambiente local, este se constituiu em lugares de moradia e de trabalho, tanto antes como após a entrada no cangaço. A cultura em sua relação com o meio ambiente desenvolveu as formas de adaptação ao contexto ambiental do local. Sob esse aspecto, Tuan (2012) afirma a necessidade de conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico. A segurança tida pelos Marcelinos no meio ambiente físico local dava-se pelo contexto cultural no qual foram formados.

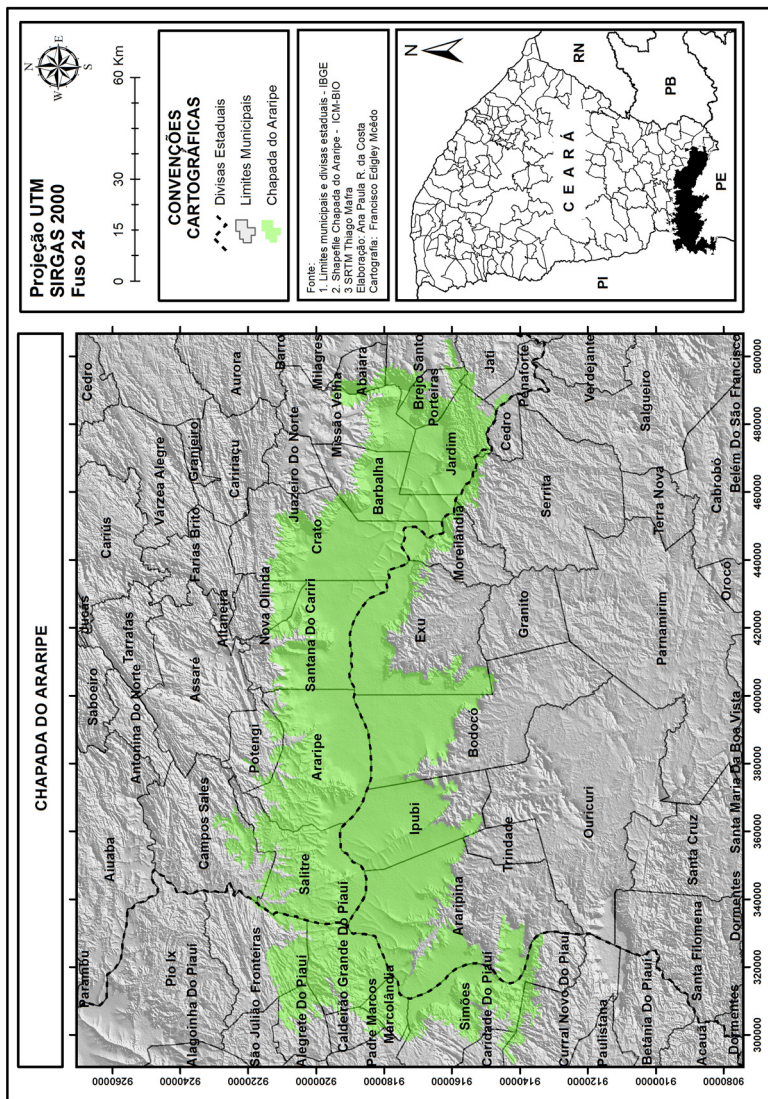
Destarte, a relação de confiança e o sentimento de pertencimento à Chapada do Araripe de que dispunham os cangaceiros se estabelecia em seus lugares de parada, no momento da pausa para o descanso, para se comunicarem com seus coiteiros, negociarem armas, munição, bem como nos itinerários percorridos pelo bando.

Os itinerários que percorriam entre Barbalha, Jardim, Crato, Moreilândia e outros municípios eram percursos corriqueiros na vivência cangaceira dos Marcelinos. Esses itinerários podem ser caracterizados também como lugar para o bando que não costumava ausentar-se por longos períodos; repetia itinerários voltando aos mesmos lugares com frequência, estabelecendo uma relação de convivência com os sujeitos nesses locais, ao passo em que praticava assaltos e sequestros nessas rotas.

O conhecimento do local, dos aspectos naturais e da rotina que se estabelecia, por ser passagem de viajantes, comerciantes e compradores que visitavam as feiras, pela prática dos fazendeiros de criarem gado solto na área da Chapada do Araripe, era a garantia de “vida segura” porque não lhes faltava “trabalho”, alimento etc. Tudo o que os Marcelinos precisavam estava à sua disposição. Essa certeza de que supririam suas necessidades básicas e a segurança pela relação com alguns coronéis faziam com que os cangaceiros se sentissem à vontade para retornar para seu lugar de origem, como expressa o senhor Citonho em sua narrativa:

Os tempos que passaram no cangaço, eles andavam por aí nesses pés de serra. Então, eles andavam, andavam pelo meio do mundo, mas vinham sempre para as origens, mas não aqui pra terra deles, para o meio do conhecimento, eles se alojavam na Serra¹ do Araripe. O lugar que eles costumavam ficar pela Serra chamava Capão do Rocha, o lugar onde eles se alojavam. Lá eles pegavam gado na Serra, que por ali o povo criava muito gado solto pela Serra e eles pegavam gado, matavam, comiam, faziam festas².

Figura 1
LOCALIZAÇÃO DA CHAPADA DO ARARIPE



Fonte: Limites municipais e divisas estaduais – IBGE. Elaboração: Autora, 2018.

A percepção ambiental que os Marcelinos tinham da Chapada do Araripe, bem como os aspectos físico-naturais permitiam o estabelecimento de rotas seguras, ao passo que tinham a necessidade de estabelecer paradas para reabastecer-se de mantimentos alimentícios, armas e munição, comunicar-se com outros sujeitos, colher ervas e raízes para tratamento de ferimentos e doenças etc. Essas pausas no movimento constituíam-se em lugar, ao passo que o próprio itinerário conhecido e repetido também se constituía enquanto lugar. Sob esse aspecto dos itinerários percorridos pelos Marcelinos, sendo que esses assumiam o caráter de lugar, dialogamos com as ideias de Oliveira (2012, p. 12) ao ponderar que “[...] todo lugar adquire identidade mediante as diversas dimensões espaciais, tais como: localização, direção, orientação, relação, território, espaciosidade e outras”.

O conhecimento do meio ambiente local e a vivência na Chapada do Araripe permitiam aos cangaceiros uma segurança de vida que era mais difícil para outros bandos que viviam pelo semiárido. A caracterização natural da Chapada e o conhecimento do meio foram fatores favoráveis à atuação do bando. A necessidade de se abastecer com mantimentos para a sobrevivência diária, principalmente água potável, era uma tarefa árdua para grupos nômades, pois percorriam longas distâncias com muito peso, tornando-se maior a dificuldade de deslocamento. Os Marcelinos tinham à sua disposição alimentos, ervas e raízes naturais, pela riqueza da flora e pela água em abundância, devido à farta presença de fontes naturais; além disso, a vegetação era menos densa que em outras partes da caatinga e o clima mais ameno.

Assim, os significados que os sujeitos conferem aos lugares estão ligados ao cotidiano, a movimentos e atividades no lugar. Tuan (2011, p. 8), ao discutir a ideia de espaço, tempo e lugar, argumenta que: “[...] lugar é qualquer localidade que tem significado para uma pessoa ou grupo de pessoas”. Pode-se identificar alguns lugares de passagem ou de permanência temporária do bando dos Marcelinos, tais como a Pedra do Morcego, destacada na narrativa do senhor Gonçalves, como sendo um lugar de apoio comum para os cangaceiros:

Sobre a história da Pedra do Morcego. Eles sabiam que meu pai³ morava aqui no Riacho do Meio, então eles chegavam à noite trazendo mantimentos e deixavam na casa do meu pai, para que fizessem alguma coisa pra eles comerem e eles com medo da volante iam se esconder na Pedra do Morcego. Então minha mãe preparava a comida deles e o meu pai ia levar. Tudo isso acontecia em total sigilo para que ninguém soubesse⁴.

A Pedra do Morcego (foto 1) constituía-se em lugar para o bando, possuía abrigo e mantinha o contato com pessoas conhecidas que habitavam na comunidade próxima ao local, o Riacho do Meio. Essas pessoas davam cobertura ao bando e atendiam suas necessidades básicas levando-lhes mantimentos.

Tal relação de amizade estabelecida entre os cangaceiros e as pessoas que moravam na comunidade do Riacho do Meio foi fator fundamental para estabelecerem um ponto de parada nas proximidades daquela comunidade: Pela caracterização geológica da chamada Pedra do Morcego, uma formação rochosa encravada entre matas úmidas, de difícil acesso, mas que, ao mesmo tempo, possuía condições favoráveis, água potável ao redor, abrigo e esconderijo que permitiram dar-lhes segurança, de maneira que o espaço se transmutou em lugar. Dialogando com as contribuições de Tuan sobre a perspectiva de lugar para grupos nômades, podemos estabelecer um paralelo para pensar sob esse ponto de vista o bando dos Marcelinos:

Foto 1
PEDRA DO MORCEGO, MUNICÍPIO DE BARBALHA



Fonte: Autora, 2018.

O mundo do nômade consiste em lugares conectados por um caminho. Os nômades, que estão frequentemente se deslocando, têm um sentido intenso de lugar? É bem possível. Os nômades se deslocam, mas se deslocam dentro de uma área circunscrita, e a distância entre dois pontos extremos de sua peregrinação raramente excede 320 quilômetros. Os nômades descansam e acampam quase que nos mesmos lugares (pastagens e cacimbas) ano após ano; os caminhos que seguem também mostram pouca mudança. Para os nômades, as exigências cíclicas da vida produzem uma sensação de lugar em duas escalas: os acampamentos e o território muito maior no qual se movimentam. Pode ser que os acampamentos sejam para eles os lugares mais importantes, conhecidos mediante as experiências íntimas, ao passo que o território percorrido pelos nômades lhes parece mais indistinto porque não tem uma estrutura tangível (TUAN, 2013, p. 221).

Consideramos as contribuições de Tuan como uma possível chave de interpretação da trajetória dos Marcelinos pelas veredas e pelos locais de acampamento, no sentido de assumirem a dimensão de lugar para o bando. As experiências íntimas que os Marcelinos estabeleceram nos itinerários e com as condições ambientais características do sertão nordestino permitiram abrigo e segurança. O espaço e os objetos naturais que o compõem foram apropriados pelas experiências íntimas dos cangaceiros, tornando-se, assim, lugar para o bando.

O lugar, de acordo com Tuan, é a pausa no movimento, é aquele instante que o corpo e a mente param para conectar-se com um espaço que, tomado pela experiência íntima realizadas pelos sujeitos, se tornará lugar. Produzir uma experiência íntima com o espaço, tornando-o lugar, só é possível pelo estabelecimento de habilidades espaciais. Nesse sentido, a construção cultural pela qual passou os Marcelinos lhes possibilitou desenvolver habilidades espaciais para com o ambiente físico existente na Chapada do Araripe.

A habilidade espacial transforma-se em conhecimento espacial que permite aos sujeitos movimentos e mudanças de localização e, quando tomada na pausa do movimento, estabelece a organização realizada pelo corpo e pela mente. É deste processo que se constituem as experiências íntimas e produz-se o lugar pelo sujeito. Esse aspecto vivido pelos cangaceiros, no contexto histórico local, está presente nas narrativas dos sujeitos que relacionam as ações dos cangaceiros a pontos no espaço, isto é, lugares em que os cangaceiros possuíam experiências íntimas.

3. Lugar e memória na vivência do sujeito cangaceiro

O sentimento de pertencimento, a valorização do lugar, a rememoração, a afetividade que os sujeitos nordestinos imprimem ao cangaço, tudo isto pode ser interpretado em uma perspectiva geográfica de forma singular e em particular na Geografia humanista, pelo sentido que os lugares têm nas vivências e nas experiências dos sujeitos. Nessa perspectiva, Buttimer (2015, p. 9) afirma que “os significados de lugar para aqueles que vivem nele têm mais a ver com a vida e os afazeres cotidianos do que com o pensamento”. Os sujeitos se relacionam com o lugar a partir de suas vivências e seus sentimentos, de modo a se constituírem e conformarem esse lugar.

Para Oliveira (2012, p. 12), “a valorização dos lugares provém de sua concretude [...] é um objeto no qual se pode habitar e desenvolver sentimentos e emoções”. É nesta perspectiva que se busca inserir, a partir da Geografia humanista, pontuando o sertão nordestino como lugar de afetividade, o ato do pertencer para os cangaceiros, assim como para os sujeitos que narram suas memórias atualmente.

Para tanto, os aspectos materiais presentes na paisagem trazem sentimentos e sentidos de pertencimento aos sujeitos. Tuan (2013) discorre a respeito dos aborígenes australianos e o sentido profundo de história que essas sociedades possuem como forma de resistência desses sujeitos e de seu grupo, ponderando, no entanto, a necessidade do registro escrito e da contagem do tempo preciso, pois sem estes o sentido de tempo não pode ser profundo.

Transpondo tais ideias e pensando na paisagem da caatinga, assim é esse espaço transformado em lugar para os sujeitos que relatam o cangaço. Tuan (2013, p. 230) observa que: “[...] os acontecimentos que precedem o seu mundo presente estão registrados nos aspectos da paisagem, e cada vez que a pessoa passa por determinado desfiladeiro, caverna ou pico, pode lembrar as façanhas de um ancestral e herói cultural”. Nesse contexto, pensando as narrativas dos sujeitos sobre o cangaço, lugares significativos de atuação dos Marcelinos, elas tornam-se objetos presentes na paisagem que dão suporte à lembrança e à memória e reafirmam a cultura e a identidade do grupo social aqui pesquisado.

Do ponto de vista da memória coletiva, o espaço transformado em lugar permite aos sujeitos de um dado grupo social revisitar pelas lembranças os momentos de outrora e assim trazer, à luz do presente, os momentos pretéritos, mas que ainda estão ancorados pela lembrança presente na paisagem e no espaço. Desse modo, pondera Halbwachs (2003, p. 170):

É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça.

Assim, sempre que realizamos uma entrevista, buscávamos as narrativas dos sujeitos pertencentes ao grupo social que reconheciam a história do bando dos Marcelinos, percebendo-se o aporte espacial a um objeto material existente ou que já existiu na paisagem para relatar os fatos ligados ao bando, “daquele lado da serra...”, “... na Pedra dos Marcelinos...”, “fuzilados no Alto do Leitão...”. Desse modo, a memória coletiva se ancora nos marcos espaciais para o grupo de sujeitos que pertencem e vivem aquela paisagem, ao passo que aquele espaço se transforma em lugar pelo pertencimento que se nota nas falas dos entrevistados.

Holzer (2008) recorda que Tuan (2013) afirmava que o conceito de lugar clama pelo entendimento humanista, pois se trata de um conjunto de valores simbólicos que, enraizado no passado, oferece sustentação para incrementar o futuro e, portanto, a importância de estudar o lugar na Geografia humanista e cultural deve ser considerada como fundamental. O lugar, na perspectiva humanista, é dotado de pertencimento e afetividade, precisa ser vivido e experienciado no campo dos sentimentos e em seu simbolismo.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar o diálogo profícuo que pode ser realizado entre as categorias de lugar e memória, tendo em vista que a memória dos sujeitos fala dos seus lugares de vida, de passagem e de existência. O lugar é o suporte material das vivências e da memória dos sujeitos. Os sujeitos e os grupos sociais moldam os seus lugares, assim como também são moldados por eles. Chegamos, assim, a uma memória coletiva e, se considerarmos as proposições de Halbwachs, poderemos compreender como se constitui a relação entre memória e espaço social:

[...] o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável (HALBWACHS, 2003, p. 160).

A relação de pertencimento, as vivências e as lembranças constituem aquilo que permite aos sujeitos e aos grupos sociais reconstruírem a trama dos acontecimentos do passado, posto que fazem sentido para os sujeitos que habitam um dado lugar. O lugar não é um mero ponto de localização em uma porção do espaço geográfico, mas se constrói pelas tramas sociais e produz subjetividades que se expressam por meio de reminiscências e narrativas quanto ao sentido de pertencimento que os sujeitos possuem. A memória coletiva deve ser entendida como a construção coletiva da intersubjetividade de um espaço habitado e construído em uma dada coletividade social.

A busca por experienciar os lugares para compreender movimentos, vivências, comunidades e ancestralidade tem sido recorrente nos estudos geográficos. O pertencimento e o simbolismo aos/dos lugares fazem aflorar sentimentos e percepções de relações do passado e do presente. O movimento do cangaço pode ser compreendido a partir dessa evocação ao passado por meio do lugar vivido como espaço experienciado. Os lugares de ocorrência dos fatos relacionam os sujeitos a determinados sentimentos e percepções que caracterizam esses lugares.

A trama que pode ser produzida pela narrativa, aportada na memória coletiva, também pontua a função social da memória. Bosi (2010) coloca que os velhos são desprestigiados na sociedade atual, voltada para uma lógica de produção, não estando mais inseridos no mercado de trabalho e não produzindo valores, sendo tratados com certo desprezo, inclusive pelas gerações atuais. Trabalhar com a memória dos mais velhos não só nos traz imagens do passado, como também valoriza a figura do sujeito ancião na sociedade atual.

Valoriza-se dessa maneira a função social dos sujeitos que, reencontrando espaços de outrora em suas memórias, realizam suas narrativas, contam o passado e valorizam seus lugares de existência, ao passo que

também se sentem valorizados; procurados para contar suas lembranças, eles se veem como importantes em uma sociedade, que, segundo Bosi (2010, p. 83), busca negá-los ou adaptá-los a um novo ritmo de vida; de modo que essa lógica “[...] pode calar-se e talvez querer acertar o passo com os mais jovens. Essa adaptação falha com frequência, pois o ancião se vê privado de sua função e deve desempenhar uma nova, ágil demais para seu passo lento. A sociedade perde com isso”.

O cangaço concentrou-se em lugares nos quais os cangaceiros sentiam-se menos expostos, ou seja, tinham confiança para permanecer neles. Para sua sobrevivência, tratavam de sentir-se seguros, protegidos – através dos coiteiros ou pelo conhecimento do meio ambiente, porque, desse modo, poderiam garantir confiança em se estabelecer naquele lugar em caso de fuga, ataque ou ameaça. O retorno aos mesmos lugares estava relacionado ao sentimento de pertencimento, à segurança e à proteção para suprir suas necessidades básicas.

Os cangaceiros, na condição de nômades, vagavam pelo sertão percorrendo distâncias que garantissem sua sobrevivência, esta associada a seus conhecimentos com a caatinga. Faziam pousos, refeições, assaltos e outras paradas em determinados lugares ficando neles por alguns dias. Para Tuan (2012), os nômades também adquirem um sentido de lugar, pois, ao se movimentarem, procuram fazer paradas em lugares parecidos e que supram suas necessidades básicas. O fato de não terem uma vivência fixa não os tornam alheios ao pertencimento aos lugares onde sentem aconchego pelo valor simbólico que remete a cada sujeito.

Holzer (1997, p. 79) analisa o lugar como “o movimento em que o corpo, como elemento móvel, coloca-se em contato com o exterior e localiza o outro, comunicando-se com outros homens e conhecendo outras situações”. O lugar, dessa forma, estrutura-se como palco das relações dos sujeitos consigo mesmos e com outros sujeitos, imersas na intersubjetividade, permeadas de valores, significados e experiências pessoais. A experiência dos cangaceiros com os lugares que percorriam fazia deles integrantes e conhecedores do espaço que habitavam, ainda que fosse apenas pelas paradas estabelecidas para atender suas necessidades.

A manifestação de interesse de muitos pesquisadores em compreender as relações estabelecidas no passado entre sujeitos, os conflitos,

as atividades, as manifestações que permeavam os lugares e constituíram costumes, crenças, lendas etc. tem sido frequente. Essa efervescência dos estudos do passado está quase sempre atrelada à memória dos sujeitos, por meio de narrativas, da busca por documentos históricos, monumentos, resquícios que caracterizem o passado e sejam fontes de pesquisa na busca de entendimento de determinados eventos.

Pesquisas a respeito do conceito de lugar têm se tornado cada vez mais comuns na Geografia, principalmente na corrente humanista. Com esses estudos também o conceito de memória, seja individual ou coletiva, passou a ser mais frequente. Holzer (1999, p. 74-75), em seu estudo *O lugar na geografia humanista*, recorda a obra de Pierre Nora sobre o conceito de “lugares de memória” que o autor afirma estar relacionado à “crença na aceleração da história e na ruptura do elo entre história e memória”. Para tanto, a memória passa a ser um meio de legitimar um passado que vem sendo apagado. Dessa maneira, utilizar a memória para evocar lembranças e recordar lugares de outrora para representar fatos e acontecimentos que compõem os lugares e, conseqüentemente, os sujeitos, têm sido procedimentos bastante relevantes para a ciência geográfica.

A busca pela compreensão do passado, no presente, pode ser realizada pela análise de recordações de fatos que ficaram no passado e que são acessados a partir da memória de sujeitos que possuem ligação com tais contextos históricos. No entanto, o acesso a essas memórias não é fácil e apresenta desafios. Melo (2012, p. 59) menciona o passado como sendo de difícil acesso por possíveis bloqueios psicológicos devido à emotividade em relação aos acontecimentos: “porém, o estoque de lembranças individuais e a memória coletivo-intersubjetiva têm sido cada vez mais utilizados como tentativas, ancoradouros e (re) descobertas dos lugares de outrora”. Evocar a oralidade dos sujeitos, por meio de suas lembranças, tem sido um aporte fundamental para os estudos dos lugares, quando se busca uma forma de acessar o passado por meio da memória e da vivência, no aflorar das emoções e da percepção de determinado grupo social.

Halbwachs (2003) discorre que os sujeitos e os grupos sociais estão naturalmente ligados a um lugar e o fato de estarem próximos, participando de um mesmo contexto socioespacial, estabelece entre seus membros relações sociais das quais participam e compartilham em uma dada

coletividade. Com isso, as lembranças se ligam ao lugar, aos espaços de convívio coletivo desses sujeitos. Por conseguinte:

[...] lembranças estão ligadas a diversas partes do solo. Elas se apoiam umas nas outras, porque as parcelas a que se relacionam estão justapostas, se as lembranças se conservam no pensamento do grupo, é porque ele permanece estabelecido no solo, é porque a imagem do solo perdura materialmente fora dele e ele pode retomá-la a qualquer instante (HALBWACHS, 2003, p. 167).

A ideia de solo apresentado por Halbwachs pode por nós ser relida como lugar, tendo em vista que as lembranças permanecem estabelecidas nele pela materialidade que este nos reporta. Tuan (2013) aponta que, para que a lembrança de determinado lugar ressurgja por meio da memória de um sujeito, não necessita que aquele lugar/sua objetividade esteja lá organizada, tal qual o momento no qual foi formada aquela lembrança, mas basta que aquele lugar lembre sua essência, fazendo ressurgir a disposição de outrora na lembrança que vem à luz no presente.

Nesta senda, os lugares podem possuir diversos significados que ficam marcados na paisagem, nos documentos, na arquitetura, na memória dos sujeitos que vivenciaram algum episódio ou foram ouvintes de algum acontecimento; também daqueles que não presenciaram tais eventos, que lhes foram repassados por meio de histórias, fotografias, etc., permitindo a construção de uma ideia de passado e a tomada de conhecimento de um fato e que, por isso, podem relatar suas lembranças.

Cabe ressaltar que a memória não traz em si o acontecimento da forma que ocorreu – ela é sobreposta por outras lembranças. A percepção do sujeito é alterada ao longo de sua história de vida e isso interfere na leitura de sua própria memória. Para que essa lembrança seja revelada de forma a apresentar determinados fatos, ela precisa concordar com certos elementos. Assim, Bosi (2010, p. 55) afirma que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. Esse é o aspecto essencial da memória. Essas questões se inserem principalmente no estudo dos lugares que remontam a um passado que ficou marcado para um povo e que, por meio da memória, pode tornar-se chave de interpretação para determinadas situações.

O conceito de lugar tem possibilitado, na Geografia, um entendimento maior de um mundo que tende à fragmentação e que, ao mesmo tempo, se unifica em velocidade muito frenética. Em contraposição a essa lógica, a reafirmação da identidade permite ao sujeito resistir, produzindo, inclusive, novas formas de afeição com o lugar pela experiência cultural que possui com seu espaço de existência. Sobre tais questões, concordamos com Berdoulay e Entrikin (2012, p. 112) quando afirmam que “como sujeitos, os seres humanos constroem lugares – de pertencimento e de identidade – e, como são, também, moldados por tais lugares, eles constroem obstáculos à tendência pós-moderna e metropolitana de ver cada lugar como resumo de todos os outros”.

O lugar, desse modo, surge como um espaço de resistência privilegiado, no qual, com base nas memórias e narrativas dos sujeitos que o habitam, torna-se possível para os sujeitos apresentarem sua cultura, sua identidade com o ambiente local, tanto no que diz respeito ao social, como à paisagem natural.

As narrativas dos sujeitos são o aporte ancoradouro da cultura de um lugar, que surge como *locus* da intersubjetividade dos sujeitos, pelo reconhecimento que desenvolvem com as diversas dimensões concretas, ambientais e territoriais, moldando um grupo sociocultural que se reconhece naquele espaço. No entanto, necessitam de uma coerência interna para produzir essa forma de reconhecimento coletivo e um lugar em comum:

O que faz a força do relato é o poder que ele confere ao sujeito de interpretar seu mundo, de lhe dar sentido, qualquer que seja a heterogeneidade dos fenômenos envolvidos. Esse trabalho se efetua, com efeito, a partir de elementos que podem ser muito discordantes, quer dizer, que dependem de lógicas diferentes. A especificidade espaço-temporal da experiência e da memória coletiva que vinculam os lugares molda-se bem de maneira narrativa. É por intermédio do relato que o sujeito organiza seus laços com o ambiente e com a coletividade a ponto de, para certos filósofos, a trama narrativa aparecer como estruturante na vida do sujeito moderno (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2012, p. 109).

O conceito de memória individual ou coletiva está intimamente ligado ao conceito de lugar. De acordo com Ferreira (2000), as memórias estão armazenadas nas paisagens e estas, por sua vez, são verdadeiros “armazéns” de memória social, depósitos, pois a memória, seja natural ou construída, sobrevive a muitas gerações.

No entanto, a memória não está restrita a uma única classe social. De acordo com Le Goff (2012), a história oficial tem se resumido às classes hegemônicas, preservando muito mais a história das elites e sobrepondo-se a outras; neste sentido, inserimos o movimento do cangaço. A história pode estar sendo narrada, registrada por determinados grupos ou instituições, narrativas nas quais nem sempre se coloca o fato de a elite coronelística exercer poder sobre as famílias no Nordeste, sob o sistema do mandonismo, controlando as famílias em quaisquer situações.

O coronel nem sempre é apresentado como aliado de cangaceiros; na verdade, se estabelecia em muitos bandos as trocas de favores entre coronéis e cangaceiros. Havia cangaceiros que saqueavam fazendas, castigavam, matavam pessoas a mando dos coronéis e outros que se vingavam de coronéis por terem cometido alguma violência com uma pessoa da família ou do círculo de amizades dos cangaceiros. Nessa perspectiva, a história é feita pelos sujeitos: todo sujeito é personagem e autor da história.

Quando acontece o esquecimento, o afastamento dos fatos ocorridos, a memória faz um esforço para reencontrá-los, reivindicando uma fidelidade às suas lembranças, quer seja pelo fato de ter estado no acontecido ou no caso de terem sido repassadas determinadas memórias por outras pessoas. A memória nos assegura que alguma coisa realmente aconteceu e o esquecimento está ligado à noção do apagamento, de destruição. O ato da rememoração é a busca para reencontrar as memórias “perdidas” que, na realidade, não estão totalmente perdidas, mas apenas não foi possível ao sujeito acessá-las em determinado momento. A memória é como um portal para se conhecer o passado.

Para Pierre Nora (1993, p. 9), “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas”. A memória pressupõe registro, é seletiva, reúne as sensações, emoções e saberes que, por determinado motivo, escolhemos guardar conosco e que somos capazes de registrá-los em um dado momento que nos permita aflorar as emoções e rememorar tais acontecimentos.

Halbwachs (2003), em sua obra póstuma, aponta as relações entre sociedade e memória como centro do pensamento ao abordar a memória coletiva e a memória individual. O autor afirma que o ato de recordar e

localizar as lembranças só pode ser efetivamente analisado se levarmos em consideração os contextos sociais para o trabalho de reconstrução da memória, ressaltando que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social.

Nesta seara, a memória é construída em grupo e, assim, a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. O sujeito, nesse processo, é um elo que liga suas lembranças ao grupo social no qual está inserido, ao passo que constrói a memória coletiva. Trabalhar com um determinado grupo social é uma forma de tecer “uma colcha de retalhos” na qual as memórias se ligam e formam o conjunto: “Lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que tratem de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Fazer com que os sujeitos da pesquisa evocassem suas lembranças para narrar episódios do cangaço dos Marcelinos implicou em recorrer a relatos que pudessem fortalecer e completar a história de atuação do bando no Cariri cearense.

4. Considerações Finais

As pesquisas no âmbito da Geografia humanista têm buscado contextualizar o conceito de lugar como necessário para a compreensão do sujeito, onde as experiências e as percepções são fundamentais para se ter uma noção fenomenológica do mundo vivido. O lugar, na perspectiva humanista, é dotado de pertencimento, de afetividade, precisa ser vivido e experienciado no campo dos sentimentos e do valor simbólico.

O estudo do cangaço sob a perspectiva do lugar e da memória contribui para esclarecer aspectos do movimento, particularmente como apresentado nesse trabalho, do bando dos Marcelinos; com base nessa concepção teórica, e por meio do auxílio de narrativas de sujeitos que têm conhecimento da história do movimento do cangaço, a partir de suas experiências com o lugar. As narrativas trazem a representação da trajetória cangaceira que se encontra presente na memória dos mais velhos, sendo ouvintes dos acontecimentos desde crianças; por isso, têm o domínio para

relatar tais experiências que caracterizam e marcam os lugares de atuação do bando através da paisagem e que assumem um caráter simbólico, constituindo formas de percepção do movimento, seja pela admiração ou pela aversão ao cangaço.

As narrativas que contam e guardam a memória dos Marcelinos buscam no espaço elementos que marcam a história do bando. Deste processo emergem lugares que marcaram sua atuação, apresentando-se como haveres que constituem o suporte de materialização na paisagem da Geografia do cangaço dos Marcelinos.

Os lugares que marcaram a atuação e a morte dos cangaceiros apresentam-se como pontos de apoio à memória, conferindo a determinados acontecimentos importância e significado. A toponímia desses lugares é ressignificada através da história do bando, ganhando um sentido simbólico conferido por sujeitos que defendem sua importância histórica e a preservação desses lugares como elementos materiais da memória do bando, sendo este um dos aspectos relevantes da Geografia do cangaço dos Marcelinos.

Notas

- ¹ Nomenclatura popular utilizada para designar a palavra Chapada.
- ² Entrevista concedida à autora pelo senhor Citonho, realizada em 12 de outubro de 2018.
- ³ O pai do senhor Gonçalves, o senhor Jacinto (*in memoriam*) era padrao dos Marcelinos João 22, Bom Deveras e Lua Branca. A genitora da família Marcelino, a senhora Neném, ao ficar viúva, contraiu o segundo matrimônio com Jacinto Gonçalves com quem teve uma filha que veio a falecer em decorrência de uma doença degenerativa, falecendo a senhora Neném cerca de dois anos após ter casado com o senhor Jacinto. O senhor Gonçalves é filho do segundo matrimônio do senhor Jacinto que, mesmo após ter ficado viúvo e contraído segundo matrimônio, mantinha relação amigável com a família Marcelino.
- ⁴ Entrevista concedida à autora pelo senhor Gonçalves, realizada em 10 de novembro de 2018.

Referências

BERDOULAY, Vincent; ENTRIKIN, Nicholas. Lugar e sujeito: perspectivas teóricas. In: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 93-116.

BOSI, Ecleá. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BUTTIMER, Anne. Lar, horizonte de alcance e o sentido de lugar. **Geograficidade**, v. 5, n. 1, p. 04-19, verão 2015.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Território**, Rio de Janeiro, ano v, n. 9, p. 65-83, jul./dez. 2000. Disponível em: < http://www.laget.eco.br/pdf/09_5_ferreira.pdf >. Acesso em: 10 jan. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HOLZER, Werther. Geografia humanista: uma revisão. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, Edição Comemorativa, p. 137-147, 2008.

_____. O lugar na geografia humanista. **Território**, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 7, p. 67-78, jul./dez. 1999.

_____. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro, ano II, n. 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

MELO, João Baptista Ferreira de. O Triunfo do Lugar Sobre o Espaço. In: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva 2012. p. 33-68.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História (Online)**, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101> >. Acesso em: 17 jul. 2017.

OLIVEIRA, Livia de. O sentido de lugar. In: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Org.). **Qual o espaço do Lugar?**

Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 03-16.

TUAN, Yi-fu. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade**, v. 1, n. 1, p. 8-19, Inverno 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12804>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

Recebido em: 18/08/2020

Aceito em: 10/09/2020